



PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DANDO FORÇA AO LUGAR E INSTIGANDO A FORMAÇÃO HUMANA E CIDADÃ

PRESERVATION AND HERITAGE EDUCATION GIVING STRENGTH TO THE PLACE AND INSTIGATING HUMAN AND CITIZEN FORMATION

PRESERVACIÓN Y EDUCACIÓN PATRIMONIAL FORTALECIENDO EL LUGAR E IMPULSANDO LA FORMACIÓN HUMANA Y CIUDADANA

Tarcisio Dorn de Oliveira

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil, tarcisio_dorn@hotmail.com

João Vicente Machado Schmitz

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, joaschmitz@outlook.com

Luísa Pereira Zamin

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil, luisa.zamin@sou.unijui.edu.br

Patrícia Viana Pereira de Lima

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil, patricia.lima@sou.unijui.edu.br

Resumo: A salvaguarda do patrimônio arquitetônico torna-se importante para que todos possam usufruir das distintas memórias nele existente, haja vista, que muito dos bens patrimoniais trazem consigo uma expressiva carga de histórias e memórias do passado, proporcionando a transmissão de conhecimento para as futuras gerações. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, o texto reflete a preservação e a educação patrimonial como possibilidades de propiciarem uma educação humana e cidadã nas cidades de forma a instigar nos sujeitos o (re) conhecimento de suas heranças e a preservação da arquitetura patrimonial ainda remanescente. Torna-se evidente que o patrimônio arquitetônico estabelece-se por um conjunto de materialidades que detêm elementos importantes para a história e memória do lugar, sejam elas apresentados pela essência de seu estilo arquitetônico, técnica construtiva, ou até mesmo, acontecimentos que trouxeram um contexto histórico-cultural à edificação. Aliada a seara preservacionista, a educação patrimonial deve estar inserida em todos os espaços que possuam vida levando, desde crianças a idosos, reflexões sobre a importância do binômio preservação e educação, ao configurar-se como uma alternativa eficiente para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico, pois é a partir dela, em boa medida, que os indivíduos (re) conhecem e compreendem todo o contexto no qual estão inseridos.

Palavras-chave: arquitetura, preservação, educação.



Abstract: Safeguarding architectural heritage is important so that everyone can enjoy the different memories it contains, as many of the heritage assets carry an expressive load of stories and memories of the past, providing the transmission of knowledge to future generations. Through a bibliographic and documental research, the text intends to reflect the preservation and heritage education as possibilities to provide a human and citizen education in the cities in order to instigate in the subjects the (re) knowledge of their heritages and the preservation of heritage architecture still remaining. In this sense, architectural heritage is established by a set of materialities that hold important elements for the history and memory of the place, whether presented by the essence of its architectural style, constructive technique, or even events that brought a historical-cultural context. to the building. Therefore, heritage education must be inserted in all spaces that have life leading, from children to the elderly, reflections on the importance of the binomial preservation and education, as it is configured as an efficient alternative for the safeguarding of architectural heritage, as it is, from it, that individuals (re)know and understand the entire context in which they are inserted.

Keywords: architecture, preservation, education.

Resumen: Salvaguardar el patrimonio arquitectónico es importante para que todos puedan disfrutar de las diferentes memorias que contiene, ya que muchos de los bienes patrimoniales llevan una carga expresiva de historias y recuerdos del pasado, facilitando la transmisión de conocimientos a las generaciones futuras. A través de una investigación bibliográfica y documental, el texto pretende reflexionar sobre la preservación y la educación patrimonial como posibilidades para brindar una formación humana y ciudadana en las ciudades con el fin de instigar en los sujetos el (re)conocimiento de sus patrimonios y la preservación de la arquitectura patrimonial. aún queda. En este sentido, el patrimonio arquitectónico se constituye por un conjunto de materialidades que encierran elementos importantes para la historia y la memoria del lugar, ya sea presentado por la esencia de su estilo arquitectónico, técnica constructiva, o incluso por hechos que trajeron un contexto histórico-cultural. al edificio Por lo tanto, la educación patrimonial debe insertarse en todos los espacios que tienen vida llevando, desde los niños hasta los adultos mayores, reflexiones sobre la importancia del binomio preservación y educación, en tanto se configura como una alternativa eficiente para la salvaguarda del patrimonio arquitectónico, ya que es, a partir de ella, que los individuos (re)conozcan y comprendan todo el contexto en el que están insertos.

Palabras-clave: arquitectura, preservación, educación.

Introdução

Pensar em preservação, de pronto, remete a cuidar, a conservar e a proteger. Quando se refere à preservação do patrimônio arquitetônico é exatamente isto que se necessita que aconteça – a salvaguarda da arquitetura patrimonial local responsável por dar força e peculiaridade aos lugares. É fundamental ter cautela no ato de acolher a arquitetura patrimonial ainda remanescente, haja vista, que toda materialidade transmite, diretamente ou indiretamente, mensagens, símbolos, sensações e ideologias.

O patrimônio arquitetônico configura e embeleza as cidades, cada qual com suas particularidades. Assim, toda modificação realizada nos espaços urbanos, sobretudo no que tange a arquitetura patrimonial, tem implicação direta na vida do coletivo. Portanto, menciona-se como atuantes e responsáveis pelo ato da preservação patrimonial não somente os profissionais da área, mas toda a sociedade civil. Cabe mencionar a preocupação com a comunidade, pois esta é copartícipe no sentido de respeitar e manter o patrimônio arquitetônico nos centros urbanos, ao passo que, tais locais devem configurarem-se em espaços plurais e não excludentes que reflitam, por exemplo, a diversidade cultural, humana e social das pessoas do passado e do presente.

Toda intervenção ocorrida no meio urbano, seja ela voltada ou não a arquitetura patrimonial, altera a paisagem prejudicando o imaginário coletivo revelado através de interlocuções entre o passado e o presente. Portanto, a salvaguarda do patrimônio arquitetônico coloca-se como fundamental no que tange a representação social que ele possui para com as pessoas, pois é visto que essa representação indica um processo histórico de identidade e pertencimento cunhado ao longo dos anos.

Ao tecer intenções preservacionistas com o patrimônio, uma das formas mais efetivas, é a questão da educação patrimonial tendo como foco a arquitetura, pois instiga com que as pessoas percebam e entendem as estruturas patrimoniais ainda remanescentes nas ambiências urbanas, gerando um ato preservacionista para que a memória da cidade se mantenha viva. Logo, a educação patrimonial não deve estar inserida apenas nos ambientes formais de ensino, mas sim, em todos os espaços que possua vida levando, desde criança à idosos, reflexões sobre a importância do binômio preservação e educação.

A educação patrimonial é porta para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico, pois, é, a partir dela, que os indivíduos (re) conhecem e compreendem todo o contexto no qual estão inseridos. No instante em que as pessoas passam a sentirem-se parte do espaço, as mesmas passam tecer laços afetivos e, conseqüentemente, movimentos preservacionistas.

Nesse entendimento, o texto¹ intenta refletir a preservação e a educação patrimonial como possibilidades de propiciarem uma educação humana e cidadã nas cidades de forma a instigar nos sujeitos o (re) conhecimento de suas heranças e a preservação da arquitetura patrimonial ainda remanescente.

A metodologia empregada, quanto à natureza, apresenta-se por meio de uma pesquisa aplicada de caráter qualitativo. Em relação aos procedimentos, estrutura-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, dando ênfase à autores como Rocha (2012), Tomaz (2010), Oliveira e Callai (2017), Oliveira (2019) e Horta, Grunberg e Monteiro (1999), referências na área da preservação patrimonial, haja vista, a pesquisa bibliográfica calca-se em teorias já publicadas, possibilitando que o pesquisador aproprie-se do conhecimento podendo sistematizar, analisar e (re) interpretar o material pesquisado, enquanto, a pesquisa documental apoia-se em fontes primárias (dados e informações) que precisam de um olhar científico e analítico. Quanto à análise dos dados dá-se pela hermenêutica proposta Thompson (1995), que enfatiza a interpretação/reinterpretação, partindo da análise da hermenêutica cotidiana (doxa).

O patrimônio arquitetônico e sua importância de preservação

4

Ao fazer a interpretação de uma cidade, o primeiro quesito a ser levado em consideração é a sua história. Para além dos fatos contados pelas pessoas sobre o que aconteceu em determinados períodos, o que faz uma pessoa remeter-se imediatamente ao escutar sobre algum local é a relação que ela possui com a identidade e seu sentimento de pertença com esse lugar. O patrimônio arquitetônico retrata e reflete o vivenciado pelas gerações anteriores, bem como, suas tradições, costumes e ideologias. Dessa forma, a preservação da arquitetura é de extrema importância, uma vez que, ao preservá-la manter-se-á viva a história para que assim possa ser vivenciada e sentida por outras pessoas.

Pode-se dizer que há uma correlação intrínseca entre história, arquitetura e educação, pois não há como retratar a história das cidades sem trazer o patrimônio arquitetônico à tona. Isso concretiza-se demonstrando que cada pessoa carrega consigo parte do patrimônio e da história do lugar em que vive, pois deve-se ao fato que cada sujeito incorpora à sua essencialidade valores, tradições e costumes, muitas vezes, herdados de seus anteriores. Isso

¹ O texto faz parte das reflexões oriundas do Projeto de Pesquisa “Patrimônio territorial urbano: a preservação da arquitetura patrimonial e suas inter-relações com a memória, identidade, pertencimento, cidadania e o planejamento das cidades”, que conta com apoio da Agência de Fomento FAPERGS, edital nº 10/2021 – ARD/ARC, sob Termo de Outorga nº 22/2551-0000588-8. Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Gtec - Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias.

só é possível a partir da preservação destas tradições, ao passo que, se tivessem sido apagadas da história, conseqüentemente o rumo seria diferente. Complementando a questão sobre a preservação do patrimônio arquitetônico é pertinente salientar:

Geralmente quando pensamos em patrimônio, temos a tendência de associá-lo somente ao patrimônio material, ligado a riqueza, que são herdados ou que possuem algum valor afetivo. Porém, patrimônio não se limita apenas sentido de herança. Refere-se também, aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais (ROCHA, 2012, p.1).

Para um entendimento aprofundado acerca da preservação patrimonial, primeiro há a necessidade do entendimento do patrimônio como um todo, haja vista, que o patrimônio arquitetônico pode ser descrito como uma totalidade de bens que remetem à história com elevado grau de importância para o coletivo. Assim, a preservação estrutura-se como uma forma de evitar que toda a história atrelada a ele seja perdida, propiciando para que futuramente este possa servir de base e inspiração para outras pessoas. Rocha (2012, p.2) traz que "preservá-lo então, pode ser uma medida eficaz para garantir que a sociedade tenha a oportunidade de conhecer sua própria história e de outros, por meio do patrimônio [...]". Renegar o patrimônio arquitetônico é o mesmo que reabilitar a história das pessoas, pois ele conta mais da história de cada um do que da própria cidade como um todo.

O patrimônio arquitetônico está diretamente ligado a dois fatos intrínsecos a ele: a memória e a identidade. A memória é o que faz a história patrimonial manter-se viva, pois através dela é possível que as pessoas não se esqueçam dos fatos ocorridos anteriormente e mantenham-se vivos. Com a memória viva em cada pessoa é possível a aplicação do segundo conceito – a identidade, que se estabelece pela vinculação que cada um cria para com algo ou alguém, suscitando raízes através dessa identidade e sentimento de pertença. Entretanto, há ainda quem não entenda a necessidade da preservação, mesmo com todos os itens que justificam este feito. Porém essa necessidade não pode ser incorporada à força entre as pessoas, mas sim, de forma natural, com o entendimento do porque ela deve ser feita e explanando prejuízos que carretam na omissão da salvaguarda. Nesse viés:

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p.2).

Não há como separar o patrimônio arquitetônico das relações humanas e sociais, uma vez que ele é percebido através da história, memória, identidade e pertencimento – toda esta situação faz a diferença para que as pessoas se sintam parte dele suscitando o desejo por sua salvaguarda. Para Tomaz (2010, p.1-2) “esses lugares de memória assumem importante significado por fazerem parte da memória coletiva [...], a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume a história de todos”. A partir disso, de manter viva a história da cidade, muitos conjuntos urbanos são tombados a fim de evitar que mudanças ocasionadas com o passar do tempo não dilacerem as raízes e história que dão força ao lugar.

Um dos grandes motivos para temer a extinção desses bens arquitetônicos patrimoniais é que muitos têm a errônea ideia de que tudo que é velho já não pertence mais a esse momento. No entanto, o patrimônio arquitetônico traz consigo valores e essências de um tempo que não volta, que muitas pessoas não conseguiram presenciar, mas que, com o passar do tempo, ainda estão vivos em estruturas remanescentes. Logo, as cidades representam as referências urbanas vivenciando os processos de transformação dos lugares, por meio da preservação das materialidades, próprias de cada período histórico, constituem-se em lugares potentes e especiais que constituem, em grande monta, a base das relações humanas e sociais. Nessa perspectiva:

A preservação de bens patrimoniais deve ter por finalidade conservar traços da vida comum, cotidiana, e mostrar como vivia a sociedade em determinada época, pois o que tende a ser conservado sempre será o objeto considerado valioso, seja pelo valor do material de que é composto, seja por uma herança histórica ligada a uma personalidade ilustre e por isso mesmo dominadora. A conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história (TOMAZ, 2010, p.5).

O patrimônio está diretamente relacionado com a história tanto da cidade quanto dos indivíduos que ali residem ou perpassam. Assim, preservá-lo é conservar que a história seja mantida para que todas as futuras gerações tenham acesso ao que aconteceu em dado momento. Como exemplo de materialidades que merecem um olhar atento à seara da preservação patrimonial pode-se citar a área urbana central de Ijuí/RS que, para Oliveira (2019), constitui um cenário em que as lembranças situam-se na medida em que os espaços naturais e construídos fazem alusão a significados simbólicos, consolidando relações de identidade importantes para o coletivo ijuicense.

Preservação e educação patrimonial dando força ao lugar e instigando a formação...

Oliveira, Tarcisio Dorn de; Schmitz, João V. Machado; Zamin, Luísa Pereira; Lima, Patrícia V. Pereira de

Tais bens dão força ao lugar e à ambiência em que estão inseridos instigando nas pessoas uma formação humana e cidadã justificando as reflexões apresentadas no texto. O patrimônio é o resultado dos valores formais materializados no tempo e no espaço – interpretar o espaço significa incluir e perceber todas as realidades e possibilidades ambientais necessárias à orientação geral do homem ou de seu estar no mundo. Na Figura 1 seguem alguns exemplares remanescentes do patrimônio arquitetônico ijuiense, a saber: Igreja Matriz Nossa Senhora da Natividade, Igreja Evangélica Luterana de Ijuí, Prédio do Extinto Tiro de Guerra nº 337, Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa, Clube Ijuí, Prefeitura de Ijuí e o Prédio da Extinta Comissão de Terras e Colonização:

Figura 1 – Patrimônio arquitetônico Ijuí/RS



Fonte: Oliveira (2019).

A importância da preservação reflete-se ao manter viva a história, raízes e memória tanto individual, mas, sobretudo, coletiva. Com o passar do tempo, mudanças irão ocorrer, inclusive na forma de pensar, mas é o patrimônio e a sua preservação que continuarão contando a história – destruí-lo é criar uma lacuna temporal, como se naquele instante nada tivesse acontecido. Assim, a necessidade da conscientização sobre a preservação patrimonial deve ser imediata. Para Oliveira (2019) em Ijuí/RS há um conjunto de prédios públicos, institucionais e religiosos que é resultado de um passado materializado na paisagem, portanto que abarca um significativo patrimônio arquitetônico para a cidade, possuindo características que colaboram na definição de uma identidade própria.

É essencial alocar o patrimônio arquitetônico como protagonista nas cidades, ao passo que, sua representatividade dá-se por meio de uma identidade coletiva, possibilitando que as pessoas, através de sua bagagem de conhecimento e relação com o bem construído, possam reconhecer e apontar o significado daquela materialidade, dentro de sua realidade e entendimento. O processo de preservação patrimonial e a compreensão da formação de uma identidade social é imprescindível, apesar das questões voltadas à independência do ser e suas individualidades, é somente em seu âmago que cada pessoa buscará compreender sua relação exterior com os demais cidadãos, explorando as possibilidades de compartilhamento de

histórias, vivências, fortalecendo os vínculos e reiterando a necessidade de manutenção do patrimônio arquitetônico.

O patrimônio arquitetônico e a relação com a formação humana e social

O patrimônio arquitetônico caracteriza-se de forma heterogênea quanto aos bens que o integram, haja vista, que cada um possui especificidades dando força ao lugar e desempenhando determinadas funções na vida das pessoas. A arquitetura patrimonial expressa uma ação de imersão no passado, buscando uma reinvenção nos valores e significados – identificada como ressignificação, cuja prática permite abranger novas ideias e pensamentos que são imprescindíveis para determinada época. Preservar vincula-se ao respeito ao preexistente de forma que as questões humanas e cidadãs sigam sendo representada de forma plural e democrática nos espaços urbanos.

Sabe-se que o patrimônio, em sua gênese, volta-se à transmissão de bens às novas gerações e funde-se ao conceito, para além de uma materialidade. Para Melo e Cardozo (2015), o meio educacional mostra-se como um guia ao fomentar, através de diferentes métodos e propostas, possibilidades de contribuir à conscientização das pessoas para com o seu patrimônio. Cabe ressaltar que essa educação não se restringe somente às escolas e academias, mas a todos os ambientes informais de educação que conectem espaços e pessoas como um todo, logo:

Esta preocupação é do mundo inteiro, pois a destruição dos patrimônios culturais, seja através do vandalismo, das guerras ou mesmo pela alienação cultural, é um processo de grande perda para a humanidade, pois cada patrimônio perdido é um esforço humano que se perde, é um elemento da humanidade que se esgota (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1070).

Esse processo de apagamento da memória e discriminação de determinadas pessoas é um fator que deve ser impugnado, tendo em vista que o processo de participação ativa das pessoas é indispensável e fundamental. Cada indivíduo deve produzir o resgate de sua própria memória referente ao bem que, em conjunto com os demais indivíduos da comunidade, conformam a memória coletiva urbana. A preservação deve estabelecer uma compreensão da complexidade que o patrimônio arquitetônico representa a um grupo social e que, em conjunto a outros edifícios e demais intervenções realizadas pelo ser humano na cidade, conformam uma paisagem urbana que deve ser única e representativa.

Ao trazer a preservação do patrimônio arquitetônico como pauta, integrando a comunidade no processo, ou seja, tornando-o participativo, acende o sentimento de

pertencimento. Para Demarchi e Nito (2018), o processo de ressignificação faz com que ocorra uma ampliação da dimensão simbólica da obra nos indivíduos, quando a edificação e toda sua imaterialidade são compreendidas como um resgate à memória como uma herança que deve ser preservada e perpassada entre gerações. Dessa forma, as pessoas conseguem compreender a construção de novos significados da história e da memória que a arquitetura patrimonial encerra.

Em relação ao patrimônio arquitetônico, pode-se mencionar que as pessoas – ao manter contato com a edificação, passam a desenvolver formas distintas de percepção, conhecimento e aprendizado em relação ao bem, seja pelas características formais e/ou históricas que lhe foi conferido, em um determinado tempo e espaço, a partir de outros indivíduos. Piovesan *et al.* (2018) sinaliza que a aprendizagem é essencial à existência humana configurando-se em um processo complexo, pois existem fatores biológicos e psicológicos que interagem entre si e também com o exterior, além de questões associadas à forma de relação social que se constrói ao longo do tempo.

Para que seja possível compreender o processo de formação social, a partir do patrimônio arquitetônico, é prudente observar alguns processos de aprendizagem calcados no dinamismo e na participação que envolve o indivíduo de forma ativa durante sua construção. Para Piovesan *et al.* (2018), o processo é gradativo, cuja complexidade aumenta à medida que uma nova aprendizagem se soma às anteriores e, por fim, é cumulativo, pois trata-se de um processo que aglutina experiências; quanto mais conhecimento o sujeito adquire, maiores são as possibilidades de aprendizado, sempre somando ao seu repertório, de forma que as experiências coletadas durante o exercício se organizem de maneira que novas mudanças são geradas em seu comportamento

Por outro lado, em relação ao exercício profissional, é válido dizer que a formação no ambiente acadêmico possui o currículo como um dos instrumentos que guiam o processo; a produção e criação cultural, nas quais se fundem aos processos de produção de sentidos, permite a compreensão de que o currículo impõe, de certa forma, as particularidades de um grupo dominante e que, ao mesmo tempo, cria e produz cultura. Para Silveira (2001), a partir da concepção de que o currículo se configura como um espaço, é possível compreender que nele são manifestadas relações contribuintes à teoria crítica.

O conhecimento repassado aos alunos, através da academia, contribui para a formação ética e técnica dos profissionais. Dentro dos cursos, os discentes adquirem saberes voltados à sua área de atuação, focados na prática profissional. Tendo em vista a variedade de currículos e diferentes abordagens dentro dos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil. Silveira

(2001) observa que a função educadora do profissional nos espaços sociais é algo que deve ser vinculado à formação inicial, pois os saberes de formação do indivíduo ultrapassam o ambiente acadêmico, perpassando por toda a trajetória das pessoas. Nesse entendimento:

Este é (o currículo escolar), como o patrimônio, uma escolha social, mas neste caso o que se escolhe é a porção dos conhecimentos e da realidade ou das possibilidades humanas para serem transmitidas para as novas gerações. O que não está no currículo não existe, ou não é pensado ou ensinado, e, logo, é desconsiderado. O mesmo ocorre com o patrimônio. Todas as manifestações populares foram simplesmente desconsideradas na produção social do patrimônio brasileiro, o que é característico de um país que sempre ignorou e explorou o povo, ou que este sempre foi considerado na medida em que apenas deveria servir às classes dominantes (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1065).

As experiências que as pessoas adquirem com o patrimônio arquitetônico permitem que consigam informações referentes às mais variadas características da obra. Todo o processo educativo tem respaldo em uma determinada cultura, sendo realizado por intermédio de pessoas que protagonizam a atividade a certo tempo e espaço que, por essa razão, são detentoras de conhecimentos que, por fim, são repassados aos demais. É importante mencionar que a pessoa protagonista não se limita a um profissional, mas sim, a um cidadão que vivencia da experiência protetivo, portanto, com fundamentos a compartilhar.

10

A educação patrimonial por meio do patrimônio arquitetônico

O Brasil possui uma grande diversidade cultural em seu território, daí a urgência da preocupação em manter vivas as características originais de todas as representações materiais (ou não) ainda remanescentes. Através da educação patrimonial é possível entender o presente e construir o futuro, haja vista, que educação patrimonial engloba variados processos educativos formais ou informais voltando-se sempre ao tocante da seara preservacionista do patrimônio cultural. É importante que a educação patrimonial se torne parte de toda a comunidade, sendo aplicada de forma imprescindível aos mais jovens, tendo em vista, que é uma ferramenta importante para a compreensão e preservação das cidades.

O processo de investigação com base em ações educativas voltadas ao patrimônio histórico deve ser utilizado como uma ferramenta que assegure, democraticamente, a maneira singular de ser e estar no mundo, pois tais iniciativas “[...] devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local [...]” (IPHAN, 2014, p. 20). Menciona-se uma das razões pelas quais a

educação patrimonial pode ser considerada fundamental no campo da proteção dos bens patrimoniais – aquela voltada ao processo de mediação, pois:

Essa transmissão cultural é importante, porque tudo é aprendido por meio dos pares que convivem nesses contextos. Dessa maneira, não somente práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também os problemas e as situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e de aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir e pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo (IPHAN, 2014, p. 22).

A degradação torna-se visível no decorrer das últimas décadas – marcas decorrentes do uso (ou a falta de) das edificações frente ao capitalismo perverso propiciam a descaracterização ou, até mesmo, a demolição do bem estabelecendo espaços urbanizados homogêneos arquitetonicamente perdendo a força e as particularidades que a arquitetura patrimonial infere ao lugar. Como exemplo de uma ação educacional que merece destaque no interior do Rio Grande do Sul pode-se citar o Itinerário Arquitetônico Urbano de Ijuí/RS constituído pelas edificações antes mencionadas (Figura 1), haja vista, que para o êxito no exercício voltado às educações patrimoniais, deve-se prezar, também, pela multidisciplinariedade, envolvendo os diversos intérpretes do patrimônio a partir de diferentes áreas do conhecimento, buscando, juntos, somar forças às comunidades.

Para Oliveira (2019), o itinerário arquitetônico estrutura-se como um instrumento dinâmico e socializador, aproximando as pessoas de seu patrimônio, além de instigar laços de identidade e pertença a partir da apropriação dos espaços. No caso, o Itinerário Arquitetônico Urbano de Ijuí/RS foi desenvolvido junto a acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) conforme Figura 2:

Figura 2 – Itinerário Arquitetônico Urbano de Ijuí/RS



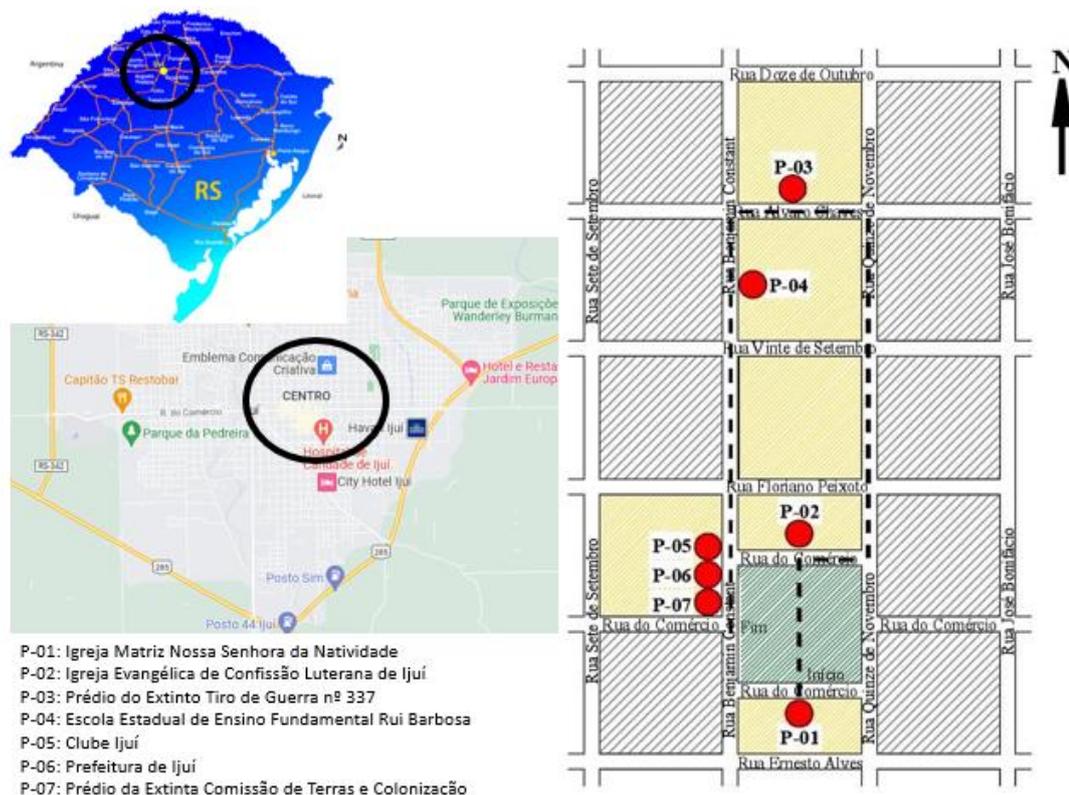
Fonte: Oliveira (2019).

Preservação e educação patrimonial dando força ao lugar e instigando a formação...

Oliveira, Tarcisio Dorn de; Schmitz, João V. Machado; Zamin, Luísa Pereira; Lima, Patrícia V. Pereira de

O Itinerário Arquitetônico Urbano de Ijuí/RS estabeleceu-se como uma atividade de educação patrimonial que permitiu aos estudantes experienciar as edificações e suas ambiências, possibilitando que pudessem fazer suas próprias observações e reflexões sobre o conhecer a cidade e possibilidades educativas de preservação. Na Figura 3 pode-se visualizar o croqui do referido itinerário.

Figura 3 – Croqui de localização Itinerário Arquitetônico Urbano de Ijuí/RS



Fonte: Autores (2022). Adaptado de Oliveira (2019).

O patrimônio arquitetônico deve ser compreendido como a objetivação da produção humana e social e, logo, deve ser socializado, publicizado e utilizado nas mais diversas possibilidades. Essa é uma premissa básica da educação patrimonial ao estabelecer a socialização e a apropriação do patrimônio arquitetônico interagindo com a formação humana e social das pessoas – premissa esta evidenciada fortemente no Itinerário Arquitetônico Urbano de Ijuí/RS. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999), existe uma grande diversidade de conceitos para o termo educação patrimonial, sendo em seu cerne, um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

A educação patrimonial estrutura-se como uma proposta interdisciplinar de ensino e de aprendizagem voltada para questões pertinentes ao patrimônio arquitetônico, desde a inclusão nos currículos escolares nos diversos níveis de ensino até cursos de aperfeiçoamento para educadores e comunidade em geral. Para Teixeira (2008), promover a preservação e valorização desses bens exige grande investimento na área da educação, sobretudo, ações educativas patrimoniais que possam viabilizar a aproximação entre os agentes responsáveis pela preservação, os que estudam o patrimônio e a sociedade em geral, estabelecendo um diálogo necessário para trocas de conhecimentos.

A educação patrimonial deve ser aplicada nos diversos espaços da sociedade e em todos os níveis de escolarização adequando o bem patrimonial aos propósitos da investigação utilizando possibilidades sistemáticas e contínuas de valorização e preservação do patrimônio arquitetônico. Para Oliveira e Callai (2017, p. 147), “[...] a importância de entrelaçar situações de ensino e aprendizagem com o que se denomina de preservação da arquitetura, onde a noção de preservação do patrimônio surge junto a movimentos sociais que buscam a autonomia e a valorização da cultura local e global”.

A educação patrimonial deve despertar e formar nas pessoas o senso de preservação da memória e da histórica das ambiências urbanas e, conseqüentemente, despertar o interesse pela temática. O foco é educar as pessoas sobre todo o contexto cultural no qual estão inseridos a fim de manter a vontade de preservar histórias e tradições, para que a essência e o legado dos locais não se percam, criando assim conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999), este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

O sucesso nas iniciativas pedagógicas deve estar aliado ao (re) conhecimento por parte das pessoas sobre a importância coletiva de preservar os bens arquitetônicos. Nota-se que para possuir esse entendimento, a população necessita de referências, formações e atividades que desenvolvam este avanço e, o meio pedagógico, é a forma mais ágil e adequada de evoluir. Para Horta, Grunberg e Monteiro (1999), o processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem tem como objetivo levar as pessoas a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional.

Quando dentro das instituições de ensino, é importante ressaltar a relevância do incentivo aos alunos em relação ao envolvimento afetivo com os bens patrimoniais, instigando a investigação e a pesquisa, fazendo com que o processo de educação patrimonial

seja plural, abrangendo todas as camadas sociais. Para tanto, Pereira e Cardoso (2016) apontam que deve haver uma relação de afeto entre a comunidade e o patrimônio; o processo de aproximação das pessoas com o bem tangível gera uma integração lúdica que deve contemplar diferentes grupos de idades e aplicada a qualquer bem cultural.

Oliveira e Callai (2017, p. 7) salientam que “o fato é que precisamos entender que proteger a arquitetura é manter vivas as marcas da história ao longo do tempo, assegurando a possibilidade de que as gerações futuras tomem conhecimento das manifestações materiais produzidas socialmente ao longo do tempo”. Logo, a conscientização da importância da salvaguarda do patrimônio histórico deve ser algo construído de forma coletiva, buscando evidenciar a construção identitária de um bem em que a arquitetura patrimonial deve ser o centro das atividades educativas. Nesse sentido, Florêncio (2016) observa que outros vínculos são necessários, como de políticas públicas do patrimônio e as de cultura, turismo, educação, saúde etc., buscando favorecer o intercâmbio de modalidades educativas em vias de enriquecer o processo pedagógico.

Tendo em vista a heterogeneidade cultural é importante colocar que a dimensão do patrimônio arquitetônico não deve se restringir a um pequeno grupo; a contribuição deve ser vasta, democrática, abrangendo a sociedade como um todo, podendo ser representativa de diferentes formas a cada grupo e indivíduo social. A educação patrimonial deve estar inserida na sociedade como um todo (em ambientes formais e não-formais de ensino) em que os espaços públicos também possam instigar e possibilitar diálogos sobre a temática preservacionista de modo que todos tenham acesso a oficinas de educação patrimonial aliadas a realidade em que vivem, suscitando nas pessoas curiosidade e vontade de valorizar a preservação dos lugares.

Conclusão

O patrimônio, através de suas ramificações, deve proporcionar para a sociedade um legado de referências que esteja em consonância com outros valores, alinhados à democracia e aos direitos humanos – balizando a atuação humana e social em determinado tempo e espaço. Portanto, cabe aos profissionais e educadores ações incisivas que incentivem políticas públicas e, também, estimulem a sociedade no sentido de permitir que o patrimônio arquitetônico guie o olhar de cada um, trazendo uma perspectiva geral, que acaba se transformando em uma memória individual e, posteriormente, coletiva – no momento de compartilhamento de vivências.

É evidente que, enquanto as instituições voltadas à salvaguarda de bens patrimoniais querem conservá-los, os centros urbanos precisam se expandir, portanto, um conflito é gerado; fica clara a necessidade da inserção de novas perspectivas a partir do patrimônio, sendo necessário, em alguns momentos, retornar à questão regional e manter ali o foco, primando a necessidade de resguardo de um bem importante, buscando integrar a cidade ao patrimônio de forma coletiva, possibilitando que o cidadão seja protagonista do processo, e não um mero coadjuvante do poder público. Desse modo, a formação dos indivíduos a partir do patrimônio arquitetônico se dá de forma individual e coletiva, a partir de relações estabelecidas entre sujeito e a urbanidade.

A importância da discussão e da difusão sobre a temática da preservação do patrimônio, através da educação patrimonial, estrutura-se mundialmente, inclusive no Brasil, com ações exitosas já consolidadas nacionalmente. O diálogo sobre a preservação do patrimônio arquitetônico faz com que todo esse legado deixado pelos nossos antepassados não se perca, ou seja, parcial ou completamente, descaracterizado – o que favorece e ocasiona seu desaparecimento. Considerando a necessidade da salvaguarda patrimonial, a educação patrimonial apresenta-se como uma ferramenta indispensável na construção de ações que envolvem estudos, investigações e descobertas em prol do ato preservacionista.

A educação patrimonial estrutura-se na busca pelo conhecimento, ao considerar métodos adequados e eficientes que permitam entender e compreender a importância preservacionista. Nessa perspectiva, sempre que existir um grupo de pessoas dividindo entendimento em busca de conhecer e investigar sobre o patrimônio arquitetônico, estes estarão praticando a educação patrimonial, contribuindo de forma efetiva com todos aqueles que buscam pela preservação arquitetônica, humana e social dos espaços, não permitindo que toda a originalidade das cidades e regiões se perca no espaço e no tempo.

Sabe-se que é um grande desafio fazer com que as pessoas entendam sobre a necessidade do cuidar e do preservar o patrimônio arquitetônico, pois para muitos, o foco é maximizar seus rendimentos e especular o espaço construído. Apesar de ainda existir desinformações sobre ações preservacionistas, muito está sendo feito e a cada dia todos que vivem essa realidade, a de preservar a arquitetura patrimonial, estão conseguindo repassar novos entendimentos sobre o assunto às mais diversas camadas da população e, assim, trilhando uma caminhada exitosa.

Educar, portanto, é conquistar atributos humanos e sociais, que são, por sua vez, construções históricas, haja vista, que as pessoas não se constituem ao natural, mas sim, no coletivo, por atos e escolhas com intencionalidade. A educação patrimonial é uma ação

educativa que pode utilizar-se de várias metodologias, ao passo que o educador precisa ter consciência de quais são as concepções sobre educação e patrimônio para que adote métodos e técnicas adequadas para cumprir seus objetivos. Tal metodologia estabelece-se apropriada ao estruturar-se como recurso para a compreensão humana e social sobre o patrimônio arquitetônico instigando seu reconhecimento, valorização e proteção.

Referências

DEMARCHI, João; NITO, Mariana Kimie. Do “conhecer para preservar” às referências culturais: memória como privilégio de classe ou direito social? *In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 2*, Belo Horizonte, 2018. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. p. 2188-2211

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. *In: SIMPÓSIO CAPIXABA DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL, 5*, Vitória, 2016. *Anais [...]*. Vitória: Ministério Público do Estado do Espírito Santo, 2016. Tema: Educação Patrimonial.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz (coord.). *Patrimônio histórico: como e por que preservar*. Bauru: Canal 6, 2008. Disponível em: https://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN, 2014.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabíola. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v.36, n.133, p.1059-1075, out./dez. 2015.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti. Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial. *Revista Di@logus*, Cruz Alta, v. 6, n. 3, p. 141-149, set. 2017.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de. *A arquitetura como cenário e a educação como possibilidade: o patrimônio e suas inter-relações com a memória, identidade, pertencimento e cidadania*. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Educação nas Ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2019.

PEREIRA, Maria da Piedade Rolo; CARDOSO, Ana Paula Pereira Oliveira. A escola e a educação patrimonial: perspectivas de intervenção. *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, n. 38, p.107-123, jun. 2016. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8253>. Acesso em: 21 dez. 2022.

PIOVESAN, Josieli *et al.* *Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem*. Santa Maria: UFSM: NTE, 2018.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. *In: ENCONTRO REGIONAL ANPUH-MG, 18.*, 2012, Mariana. *Anais [...]*. Mariana: ANPUH-MG, 2012. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/24/1340766055_ARQUIVO_Artigo-Anpuh.pdf. Acesso em: 21 dez. 2022.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia, ano 7, v. 7, n. 2, maio/jun./jul./ago. 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260/245>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVEIRA, Aline Montagna da. *A cidade como artefato: um estudo sobre a preservação patrimonial na formação inicial dos arquitetos e urbanistas*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. A educação patrimonial no ensino de história. *Revista Biblos*, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56766>. Acesso em: 27 out. 2022

THOMPSON, John Brookshire. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

Tarcisio Dorn de Oliveira

Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul com Estágio Pós-Doutoral em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação. Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria. Especialista em Educação: espaços e possibilidades para educação continuada pelo Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. Especialista em Artes pela Universidade Federal de Pelotas. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Cruz Alta.
Endereço Profissional: Rua do Comércio, 3000 – Ijuí/RS.
E-mail: tarcisio_dorn@hotmail.com

João Vicente Machado Schmitz

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na linha de pesquisa Teoria, História, Patrimônio e Crítica. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo (2021) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).
Endereço Profissional: Rua Gomes Carneiro, 1 – Pelotas/RS.
E-mail: jaoschmitz@outlook.com

Luísa Pereira Zamin

Acadêmica do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC da UNIJUÍ e participa do Grupo de pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias.
Endereço Profissional: Rua do Comércio, 3000 – Ijuí/RS.
E-mail: luisa.zamin@sou.unijui.edu.br

Patrícia Viana Pereira de Lima

Acadêmica do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
Endereço Profissional: Rua do Comércio, 3000 – Ijuí/RS.
E-mail: patricia.lima@sou.unijui.edu.br

Recebido para publicação em 04 de novembro de 2022.
Aprovado para publicação em 22 de dezembro de 2022.
Publicado em 29 de dezembro de 2022.